

Vossa Referência	Data	Nosso Registo de Entrada		Nossa Referência	Data
		N.º	Data:	11/CP-DGF/2025	25.02.2025

Na resposta, é favor indicar esta referência. Obrigado.

**Assunto: AQUISIÇÃO DE SINAIS DE TRÂNSITO**

Nos termos do artigo 115.º do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008 de 29 de janeiro, na redação vigente, doravante apenas designado como CCP, temos o prazer de convidar V. Exa. a apresentar proposta para a contratação em assunto, cumprindo o presente convite e o respetivo caderno de encargos, para este procedimento de consulta prévia, ao abrigo do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 20.º do CCP.

**1. IDENTIFICAÇÃO DO PROCEDIMENTO**

- 1.1. O presente procedimento tem por objeto a reposição de stock de sinais de trânsito para o ano 2025.
- 1.2. Os bens objeto do presente procedimento devem observar os requisitos indicados no Caderno de Encargos.

**2. ENTIDADE PÚBLICA CONTRATANTE**

A entidade pública contratante é o Município de Bombarral, sito na Praça do Município, 2540-046 Bombarral, pessoa coletiva número 506800580, telefone: 262609010, Fax: 262609041 e correio eletrónico: [contratacao publica@cm-bombarral.pt](mailto:contratacao publica@cm-bombarral.pt).

**3. DECISÃO DE CONTRATAR**

A entidade competente para a decisão de contratar é o Sr. Presidente da Câmara Municipal, de acordo com a alínea b) do n.º 1 do artigo 18.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, cuja disposição foi mantida em vigor pela alínea f) do n.º 1 do artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro.



#### 4. FUNDAMENTAÇÃO DA ESCOLHA DE CONSULTA PRÉVIA

É adotado o procedimento de consulta prévia, com convite a três entidades, nos termos do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 20.º do CCP, em virtude de o valor contratual ser inferior a 75.000,00€ (setenta e cinco mil euros).

#### 5. PREÇO BASE

5.1. O preço base do procedimento é de **9.700,00€ (nove mil e setecentos euros)**, a acrescer do IVA à taxa legal em vigor.

5.2. O preço base entende-se como o preço máximo que a entidade adjudicante se dispõe a pagar, pelo fornecimento dos bens que constituem o objeto contratual.

#### 6. ESCLARECIMENTOS, RETIFICAÇÃO E ALTERAÇÃO DAS PEÇAS PROCEDIMENTAIS

6.1. Quaisquer esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento devem ser solicitados pelos interessados dentro dos prazos legais estipulados.

6.2. Até ao termo do primeiro terço do prazo fixado para a apresentação das propostas, os interessados podem solicitar os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento e, no mesmo prazo, devem apresentar uma lista na qual identifiquem, expressa e inequivocamente, os erros e omissões por eles detetados nas mesmas peças e que digam respeito a:

- a) Aspetos ou dados que se revelem desconformes com a realidade; ou
- b) Espécie ou quantidade de prestações estritamente necessárias à integral execução do objeto do contrato a celebrar; ou
- c) Condições técnicas de execução do objeto do contrato a celebrar que o concorrente não considere exequíveis; ou
- d) Erros e omissões que não se incluam nas alíneas anteriores.

6.3. Os esclarecimentos referidos nos números anteriores fazem parte integrante das peças e prevalecem sobre estas em caso de eventual divergência.

#### 7. DOCUMENTOS QUE CONSTITUEM A PROPOSTA

7.1. A proposta a apresentar deverá ser constituída pelos seguintes documentos:

- a) Declaração do concorrente de aceitação do conteúdo do caderno de encargos, elaborada em conformidade com o modelo do Anexo I do CCP, que faz parte integrante deste convite, a qual deverá ser assinada pelo concorrente ou por representante que tenha poderes para o obrigar;

b) Documento que contenha os atributos da proposta, de acordo com os quais o concorrente se dispõe a contratar, incluindo obrigatoriamente o preço total da proposta, que não deve incluir o IVA, deve mencionar-se expressamente que ao preço total acresce o IVA, indicando-se o respetivo valor e a taxa legal aplicável.

c) Preços unitários;

d) Fotocópia da certidão do registo comercial, ou código de acesso à certidão permanente.

**7.2.** Na proposta o concorrente pode especificar aspetos que considere relevantes para apreciação da mesma.

**7.3.** Os documentos que integram a proposta são obrigatoriamente redigidos em língua portuguesa. Quando, pela sua própria natureza ou origem, os documentos de habilitação estiverem redigidos em língua estrangeira, deve o adjudicatário fazê-los acompanhar de tradução devidamente legalizada.

**7.4.** Todos os documentos que instruem a proposta devem ser assinados eletronicamente através de certificado de assinatura digital qualificada para o efeito, de acordo com o disposto no art.º 54.º da Lei nº 96/2015, de 17 de agosto e n.ºs 4 e 5 do art.º 57.º do CCP.

**7.5.** Nos casos em que o certificado digital não possa relacionar diretamente o assinante com a sua função e poder de assinatura, deverá a entidade interessada submeter na plataforma um documento eletrónico oficial indicando o poder de representação e assinatura do assinante.

## **8. PRAZO DE ENTREGA E MODO DE APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS**

A proposta e os documentos que a instruem serão apresentados na plataforma eletrónica de contratação pública *acinGov*, no endereço <[www.acingov.pt](http://www.acingov.pt)>, de acordo com o estipulado no n.º 1 do artigo 62.º do CCP, até às **23h59m do 6.º (sexto) dia** a contar da data de envio do presente convite e é de 66 (sessenta e seis) dias o prazo da obrigação da manutenção das propostas.

## **9. CRITÉRIO DE ADJUDICAÇÃO**

**9.1.** O critério de adjudicação é o da proposta economicamente mais vantajosa, na modalidade monofator, baseada na avaliação do preço, de acordo com a alínea b) do n.º 1 do artigo 74.º do CCP.



**9.2.** Em caso de empate entre propostas, o critério de desempate será realizado por meio de sorteio aleatório presencial, cujas regras, data, hora e local serão definidas pelo júri e comunicadas a todos os concorrentes com uma antecedência mínima de três dias.

### **10. APRESENTAÇÃO DE PROPOSTAS VARIANTES**

Não é admitida a apresentação de propostas variantes.

### **11. NEGOCIAÇÃO**

Não haverá lugar à fase de negociação de propostas.

### **12. DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO E MODO DE APRESENTAÇÃO**

**12.1.** Nos termos do artigo 81.º do CCP, o adjudicatário deve apresentar os seguintes documentos de habilitação:

- a) Declaração emitida conforme o modelo constante do Anexo II do CCP, a qual deverá ser assinada pelo concorrente ou por representante que tenha poderes para o obrigar;
- b) Documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do artigo 55.º do CCP, nomeadamente Certificado de Registo Criminal, Declaração da Segurança Social e Certidão das Finanças;

**12.2.** Indica-se que o adjudicatário deve apresentar os documentos de habilitação no prazo de **05 (cinco) dias úteis**, contados da data da notificação, para apresentação desses documentos.

**12.3.** Indica-se que a entidade adjudicante concede um prazo de **02 (dois) dias** para a supressão de irregularidades detetadas nos documentos apresentados que possam levar à caducidade da adjudicação, nos termos do disposto no artigo 86.º do CCP.

**12.4.** O adjudicatário deve apresentar reprodução dos documentos de habilitação referidos no ponto 12.1 através da plataforma eletrónica <[www.acingov.pt](http://www.acingov.pt)>.

### **13. CAUÇÃO**

Não é exigida a prestação de caução, nos termos do preceituado na alínea a) do n.º 2 do artigo 88.º do CCP.

### **14. ENCARGOS**

São da responsabilidade do concorrente as despesas e encargos inerentes à elaboração da proposta.

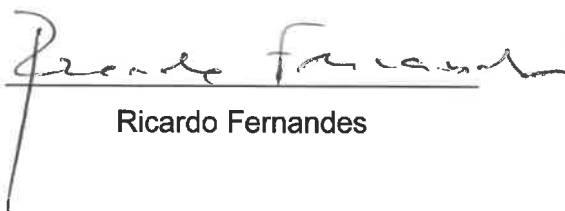


### 15. LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

Em tudo o omissa no presente Convite, observar-se-á o disposto no CCP, na redação vigente, e restante legislação aplicável.

Com os melhores cumprimentos,

O Presidente da Câmara Municipal,



Ricardo Fernandes

**MODELO DE DECLARAÇÃO**

[a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 57.º  
ou a subalínea i) da alínea b) e alínea c) do n.º 3 do artigo 256.º-A  
do Código dos Contratos Públicos, conforme aplicável]

1 - ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (¹)... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento de ...(designação ou referência ao procedimento em causa) e, se for o caso, do caderno de encargos do acordo-quadro aplicável ao procedimento, declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (²) se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do mencionado caderno de encargos, relativamente ao qual declara aceitar, sem reservas, todas as suas cláusulas.

2 - Declara também que executa o referido contrato nos termos previstos nos seguintes documentos, que junta em anexo.(³):

a) ...

b) ...

3 - Declara ainda que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do referido contrato, ao disposto na legislação portuguesa aplicável.

4 - Mais declara, sob compromisso de honra, que não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55º do Código dos Contratos Públicos.

5 - O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica, consoante o caso, a exclusão da proposta apresentada ou a caducidade da adjudicação que eventualmente sobre ela recaia e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adoptado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

6 - Quando a entidade adjudicante o solicitar, o concorrente obriga-se, nos termos do disposto no artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos, a apresentar os documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55º do referido Código.

7 - O declarante tem ainda pleno conhecimento de que a não apresentação dos documentos solicitados nos termos do número anterior, por motivo que lhe seja imputável, determina a caducidade da adjudicação que eventualmente recaia sobre a proposta apresentada e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adoptado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local), ... (data), ... [assinatura (⁴)]

(¹) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

(²) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(³) Enumerar todos os documentos que constituem a proposta, para além desta declaração, nos termos do disposto nas alíneas b), c) e d) do n.º 1 e nos n.ºs 2 e 3 do artigo 57.º.

(⁴) Nos termos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57.º.

**MODELO DE DECLARAÇÃO**

[a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos]

1 — ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de <sup>(5)</sup>... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), adjudicatário(a) no procedimento de ... (designação ou referência ao procedimento em causa), declara, sob compromisso de honra, que a sua representada <sup>(6)</sup> não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos:

2 — O declarante junta em anexo [ou indica ... como endereço do sítio da Internet onde podem ser consultados <sup>(7)</sup>] os documentos comprovativos de que a sua representada <sup>8</sup> não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

3 — O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica a caducidade da adjudicação e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adoptado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local), ... (data), ... [assinatura <sup>(9)</sup>].

<sup>(5)</sup> Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

<sup>(6)</sup> No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

<sup>(7)</sup> Acrescentar as informações necessárias à consulta, se for o caso.

<sup>(8)</sup> No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

<sup>(9)</sup> Nos termos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57.º.



